



ORGANIZAR A RESISTÊNCIA NA DEMOCRACIA DAS CHACINAS

MASSACRE POLICIAL DE 28 DE OUTUBRO ANTECIPA O CIRCO ELEITORAL DE 2026. RESISTIR AO PROJETO GENOCIDA É UMA DAS PRINCIPAIS TAREFAS ATUAIS

Com 121 mortos nos complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, o episódio de 28 de outubro de 2025 se tornou o maior massacre já registrado em uma operação policial na história do país, superando o Massacre do Carandiru, há mais de 30 anos. A ação da polícia, a mando do governo de Cláudio Castro (que enfrenta processo de cassação), inaugura a farsa eleitoral de 2026, na medida em que estimula o avanço das ideias da extrema-direita e faz coro com o discurso imperialista dos EUA. Organizar a resistência a esse projeto é uma das principais tarefas da luta popular no próximo período.

Em dez anos, o número de pessoas mortas pela polícia mais que dobrou no Brasil. Desde 2018, são mais de 6 mil pessoas mortas por ano. Em um país com profundas desigualdades, a polícia é instrumento de controle social e violência cotidiana, para conter o excedente de trabalhadores mais precarizados. Uma política fortemente racista: 85% das pessoas mortas por policiais são negras.

O governo Lula-Alckmin, apesar de ter se apresentado de maneira crítica ao massacre, é sócio dos governos nas políticas de repressão. Não combate a violência nos estados aliados (como a Bahia, o segundo com maior letalidade policial do país), e mantém raso o debate sobre segurança, em torno de penas mais duras e investigações sobre



Massacre no Rio de Janeiro foi o maior da história recente. Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

lavagem de dinheiro. O petismo também tem responsabilidade nessa situação: a Lei de Drogas, sancionada por Lula em 2006 (após uma onda de violência em São Paulo), fez triplicar o número de pessoas presas, sem que isso melhorasse a segurança. Em 20 anos, as facções ficaram ainda mais poderosas, controlando o cotidiano de presídios e comunidades, ampliando suas atividades para setores como de imóveis, transporte e postos de combustíveis, comércio e outros. Não se discute o encarceramento em massa e a criminalização das drogas, os principais elementos de crescimento das facções.

Genocídio do Brasil à Palestina

Esse contexto de brutal violência policial se conecta com o contexto internacional: nos últimos três anos, o

país gastou R\$ 250 milhões com armas israelenses, somando forças armadas e polícias estaduais. A indústria de armas de Israel é baseada no genocídio do povo palestino: desde outubro de 2023, são cerca de 70 mil mortos por Israel, número que pode ser até três vezes maior. Tanto o povo palestino quanto o povo pobre e negro no Brasil são vítimas do terrorismo de Estado. O genocídio é um negócio.

A América Latina é alvo especial do imperialismo dos EUA, que usa o discurso do combate às drogas para ameaçar a soberania de países como Colômbia e Venezuela, com o uso do termo “narcoterrorismo”. A adoção desse mesmo termo por governos estaduais e por figuras da extrema-direita no Brasil deixa claro que existe uma inten-

ção de estimular uma intervenção imperialista no país, o que teria consequências imprevisíveis, impactando a vida nas comunidades periféricas e de maioria negra.

Os movimentos populares e as organizações políticas verdadeiramente comprometidas com as lutas devem evidenciar a crítica às políticas genocidas de segurança, independentemente de quem comanda essas políticas. A brutalidade da violência policial no país é parte da estrutura do capitalismo-estatismo. Para isso, é fundamental fortalecer a auto-organização das próprias comunidades, para que possam resistir num primeiro momento, e avançar para instrumentos de poder popular autogestionário, por meio dos quais o povo tenha o controle direto de suas vidas e de seus territórios.

Pejotização e a ameaça de mais precarização

Página 05

OSL finaliza seu I Congresso

Página 03

Lorenzo Kom'boa sobre a opressão da população negra

Página 02

A luta dos servidores da educação em Maricá (RJ)

Página 04

NPMC celebra 20 anos com seminário na UFRJ

Página 03

BH se mobiliza pela Tarifa Zero nos transportes

Página 05

Faísca e OSL lançam 4 novos livros

Página 08

Ato em SP pede liberdade a Ócalan e outros presos curdos

Página 07

As Flotilhas da Liberdade contra o cerco sionista

Página 07

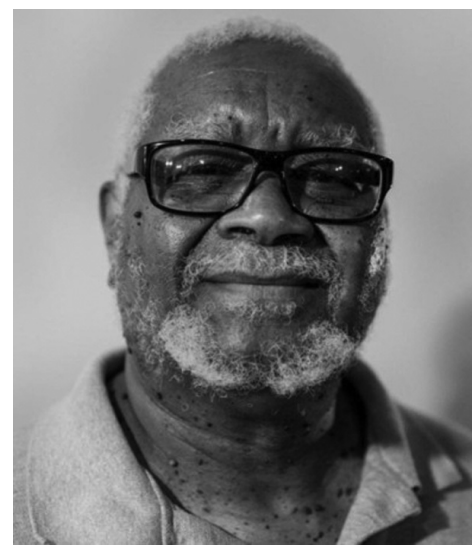
A falácia imperialista do 'narcoterrorismo' na América Latina

Página 06

Dick Cheney e Charlie Kirk no Bar Lixo da História

Página 08

Raça e classe: o caráter combinado da opressão da população negra - Lorenzo Kom'boa Ervin



O texto a seguir foi escrito pelo militante negro e anarquista Lorenzo Kom'boa Ervin. Nascido em 1947 no Tennessee, nos Estados Unidos, atuou nas lutas históricas por direitos civis já nos anos 1960, foi ativista antiguerreira, e fez parte do Partido dos Panteras Negras e de outras organizações negras. Nos anos 1970, na prisão, converteu-se ao anarquismo, e escreveu vários textos, incluindo *Anarquismo e a Revolução Negra*, de 1979, de onde extraímos esse trecho. Depois de libertado da prisão, Lorenzo retomou a militância por direitos civis da população negra e contra a brutalidade policial. Nos anos 2010 fundou a Black Autonomy Federation, estimulando a auto-organização negra e combatendo a violência de Estado. A versão em português é do livro editado pelo Coletivo Editorial Sungular, em 2015.

Devido à maneira como esta nação se desenvolveu através da exploração do trabalho Africano e com a manutenção de uma colônia interna, Negros e outros povos não brancos são oprimidos duplamente:

tanto como membros da classe trabalhadora quanto como uma nacionalidade racial. Como Africanos na América, eles são um povo distinto, perseguido e segregado na sociedade norte-americana. Ao lutar por seus direitos humanos e civis, acabaram por entrar em confronto com todo o sistema Capitalista, não apenas contra indivíduos racistas nas várias regiões do país. A verdade logo se tornou evidente: os Negros não podem obter a sua liberdade sob este sistema, porque, com base na concorrência historicamente desigual, a exploração Capitalista é inerentemente racista.

Nesta conjuntura, o movimento pode ir na direção da mudança social revolucionária, ou limitar-se a conquistar reformas e direitos democráticos dentro da estrutura do Capitalismo. Há potencial para ambos. Na verdade, a fraqueza do movimento dos direitos civis de 1960 foi que ele se aliou aos liberais do Partido Democrata, e se acomodou com a legislação de proteção aos direitos civis, em vez de forçar

por uma revolução social. Este autopoliciamento dos líderes do movimento é uma lição abjeta sobre o porquê do novo movimento ter que ser autoativado e não dependente de personalidades e políticos.

Mas se esse movimento realmente se transformar em um movimento social revolucionário, ele deve finalmente unir forças com movimentos similares, como Gays, Mulheres, trabalhadores radicais e outros que estão em revolta contra o sistema. Por exemplo, na década de 1960, o Movimento Negro de Libertação funcionou como um catalisador para difundir ideias e imagens revolucionárias, que deu à luz aos vários movimentos de oposição que vemos hoje. Isto é o que nós acreditamos que acontecerá de novo, embora não seja o suficiente para chamar de maneira insensata por “unidade”, tanto quanto a esquerda branca faz.

Devido à dupla forma de opressão dos trabalhadores não brancos e da profundidade do desespero social criado, os trabalhadores Negros irão atacar primeiro, estejam seus aliados

potenciais disponíveis para fazê-lo ou não. Esta é a autodeterminação e por isso é necessário que os trabalhadores oprimidos construam movimentos independentes para unir o seu próprio povo em primeiro lugar. Por isso, é absolutamente necessário que os trabalhadores brancos defendam os direitos e conquistas democráticas dos trabalhadores não brancos. Esta atividade autônoma das massas oprimidas (como o Movimento Negro de Libertação) é intrinsecamente revolucionária, e é uma parte essencial do processo revolucionário social de toda a classe trabalhadora. Estas não são questões marginais; não podem ser rebaixadas ou ignoradas pelos trabalhadores brancos que pretendem um triunfo revolucionário. É preciso que se reconheça como um princípio cardeal, que todos os povos oprimidos têm o direito à autodeterminação, incluindo o direito de administrar suas próprias organizações, bem como a luta pela sua libertação. As vítimas de racismo sabem melhor como lutar contra isso.



OSL e Faísca participam de feiras de livros em SP

Flipei reuniu
grande público
em agosto

Diferentes feiras de livros foram organizadas no segundo semestre do ano, com participação da OSL e da Faísca Publicações Libertárias. Entre 6 e 10 de agosto, aconteceu pela segunda vez na capital paulista a Flipei, Festa Literária Pirata das Editoras Independentes. Neste ano, a Flipei teve um desafio maior, com o cancelamento da cessão do espaço a pedido da prefeitura de São Paulo, por conta de o evento ter “cunho político-ideológico”. Rapidamente a organização foi obrigada a fazer o evento em outros locais, sem precisar adiar ou cancelar atividades da feira.

No dia 20 de agosto, foi realizada a 1ª Feira do Livro Anarquista do ABC, organizada no espaço do projeto Meninas e Meninos de Rua, em

São Bernardo do Campo. O evento contou com debates, apresentações artísticas e também atividades voltadas para crianças.

Em 20 de setembro, a 3ª Feira Anarquista da Baixada Santista aconteceu no espaço do Lab Procomum, em Santos. Além da venda de livros e outras publicações, o evento contou com oficinas e debates com movimentos de luta da região, como a Marcha da Macoinha, a Frente pela Legalização do Aborto e o Movimento Mães de Maio, que luta contra o terrorismo estatal.

Por fim, acontece neste dia 6 de dezembro a edição número 15 da Feira Anarquista de São Paulo, que neste ano acontece na Arco Escola-Cooperativa, no Butantã.

Com análise de conjuntura, OSL finaliza I Congresso

Dois anos após a fundação da nova organização, encontro avança também nas linhas estratégicas de atuação

Entre os dias 18 e 20 de julho, a militância da Organização Socialista Libertária (OSL) realizou a terceira sessão de seu primeiro congresso. O encontro marcou o encerramento desta etapa inicial da organização, fundada em julho de 2023.

Nas duas primeiras sessões congressuais, em julho de 2023 e janeiro de 2024, a organização avançou em questões envolvendo princípios, estratégia geral, formação política e organicidade interna. Já nesta terceira sessão, foi realizada a discussão de conjuntura de médio prazo, com uma análise de fôlego do cenário internacional e brasileiro de 1985 a 2024. A organização avançou ainda nas linhas estratégicas de atuação sindical, comunitária (urbana e rural) e estudantil.

Leia a seguir a saudação de abertura do encontro:

Compas,
Hoje, ao iniciarmos a terceira e última Sessão deste primeiro Congresso, reafirmamos nosso compromisso com a luta e a construção coletiva. Este não é apenas um es-

paço de debate, mas um marco fundamental na consolidação de nossa organização como ferramenta de emancipação da classe trabalhadora.

Nosso primeiro Congresso tem um objetivo claro: construir as bases de nossa estrutura, para que, no próximo período, possamos nos consolidar como uma organização revolucionária. Sabíamos desde o início que este momento exigiria um trabalho de afirmação pública, de construção de identidade perante outras organizações e setores combativos da luta de classes. Reconhecíamos que, neste primeiro ciclo, não teríamos condições políticas, materiais ou teóricas para atuar como protagonistas diretos nas lutas – mas esse era apenas o começo.

O caminho percorrido

Nas duas sessões anteriores, demos passos decisivos:

Na 1ª Sessão, estabelecemos nossa identidade, nossos princípios e nossa estratégia geral que guiam nossa ação;

Na 2ª Sessão, avançamos na formação política e na Carta Orgânica, solucionando questões de estrutur-



Encontro teve participação da militância de várias regiões do Brasil

ação interna e mecanismos de decisão, sempre com os olhos voltados para a transformação social.

Agora, dois anos após nossa fundação – superada a empolgação inicial e os desgastes desse novo processo de (re)construção –, chegou o momento de olhar para o mundo concreto, analisar as condições de luta e traçar as linhas estratégicas que nos levarão adiante.

Nossa situação atual

Podemos afirmar com orgulho que mantivemos a organização funcionando, mesmo com esforço redobrado da coordenação e com militantes acumulando múltiplas tarefas. Em nenhum momento interrompemos nosso trabalho: emitimos notas, construímos análises e participamos ativamente das lutas.

Nossas conquistas

Demos um salto organizativo, participando ativamente de lutas; Consolidamos nossa linha teórica,

aplicando o anarquismo à análise da conjuntura;

Criamos raízes, algo fundamental para um projeto de longo prazo.

Este Congresso não é um fim, mas um ponto de partida. Que saíamos daqui não apenas com resoluções, mas com a firmeza revolucionária de quem sabe que a história é feita pelas mãos daqueles que ousam transformá-la.

À luta, sempre!

Viva a classe trabalhadora!

Viva o Anarquismo e a Revolução!

Viva a Organização Socialista Libertária!

Julho de 2025.

Leia no site da OSL a Análise de Conjuntura de Médio Prazo, aprovada pela militância nesta terceira sessão do I CONOSL: abre.ai/conjunturaosl

Seminário no Rio celebra 20 anos do NPMC

Foi realizado no dia 2 de outubro, nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (IFCS/UFRJ), o Seminário Anarquismo e Lutas Sociais Contemporâneas, comemorativo dos 20 anos do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (NPMC). O evento foi organizado pelo NPMC, pela Biblioteca Social Fábio Luz e pelo ITHA-IATH, com apoio imprescindível do Arquivo de Memória Operária (AMORJ, vinculado ao IFCS/UFRJ), bem como do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do RJ (Sindimusi) e do Laboratório de Geografia do CTUR-UFRJ. A coordenação da mesa ficou a cargo do querido compa Milton Lopes, coordenador do NPMC, que foi composta pelos companheir@

Renato Ramos, Rafael Viana da Silva, Samanta Colhado Mendes e Kauan William dos Santos.

A primeira palestra foi proferida por Renato Ramos, com o tema “Centenário de Ideal Peres: fio condutor de uma geração do anarquismo do RJ”, onde foi destacada a atuação libertária desse saudoso companheiro falecido em agosto de 1995 e sua importância na continuidade das lutas libertárias no Rio e no Brasil. Rafael Viana foi o seguinte, abordando a temática “O anarquismo na ditadura militar brasileira (1964-1985)”, discorrendo de forma didática sobre a trajetória das lutas anarquistas durante o período ditatorial, enfatizando a resistência dos jovens libertários reunidos no Movimento Estudantil Li-



Atividade foi realizada no IFCS, da UFRJ

bertário (MEL) e a atuação do Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), fechado pela repressão em outubro de 1969. Samanta Colhado fez uma brilhante apresentação sobre “As mulheres anarquistas no Brasil da Primeira República”, destacando a luta de companheiras antes invisibilizadas na própria historiografia anarquista, como as irmãs Soares, Carolina Boni, Maria Lacerda de Moura e

Maria Allés.

O compa Kauan William encerrou o evento com a palestra “Anarquismo e Antifascismo no Brasil”, onde abordou a luta dos anarquistas contra o fascismo desde os anos 1920, destacando o confronto do sindicalismo revolucionário com os integralistas, cujo ponto culminante foi a Batalha da Praça da Sé, em outubro de 1934. Uma nova edição deve ser realizada em 2026.

Sindicalismo de luta desafia a 'Cidade das Utopias'

Em Maricá (RJ), resistência organizada da classe trabalhadora denuncia a precarização da educação e enfrenta o burocratismo

Assim que iniciou o novo governo de Maricá (RJ), no início de 2025, o prefeito Washington Quaqué (PT) encaminhou a extinção da Fundação Estatal de Saúde de Maricá (FEMAR) e o corte do auxílio-alimentação dos servidores públicos da educação municipal. Em resposta, diferentes setores fizeram uma manifestação em frente à câmara municipal. Em seu terceiro mandato como prefeito, Quaqué justificou os cortes aos direitos sociais de trabalhadores da educação, saúde e da população de Maricá com o argumento neoliberal da austeridade: segundo ele, o dinheiro seria usado para promover grandes obras na cidade.

Governada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2009, Maricá é vendida como uma “cidade das utopias”, mas mantém presente contradições profundas e práticas coronelistas, típicas do interior. A cidade conta com 94,6% da população sem acesso à rede de esgoto e 23% da população sem acesso à água potável. Na saúde, o domínio das OSS's (organizações privadas que gerem a saúde) é inconteste e na administração pública, Maricá ocupa o oitavo lugar das 92 prefeituras do estado do Rio que possuem maioria de trabalhadores temporários (58,7%).

Empolgado por um errático discurso “desenvolvimentista” e sem nenhum diálogo, o governo Quaqué defende projetos que afetam comunidades tradicionais de pescadores, como um resort de luxo (Maraey) numa Área de Proteção Ambiental (APA) – financiado por uma multinacional espanhola – e um porto na região de Ponta Negra, sob o argumento de substituição em longo prazo da dependência da renda dos royalties.

Em que pese as especificidades de Maricá, nada disso é distante do que o governo federal faz em nível nacional em seu governo de Frente Ampla, com a manutenção de

políticas de austeridade de ajuste fiscal e algumas políticas sociais. Dentro dessa lógica, a tolerância a movimentos populares e sindicatos mobilizados se dá apenas quando estes não contrariam seus interesses políticos.

Neste sentido, junto a outras experiências consolidadas, como a Tarifa Zero no transporte público e a bolsa-mumbuca – uma bolsa-família paga em moeda local – a

turas de compadrio que dominam a cidade.

Burocracia sindical x sindicalismo combativo

Nos últimos anos, a alardeada valorização salarial de um setor da categoria mascarou a permanência de problemas estruturais que se acumulam, como a ausência de um plano de construção de escolas, salas de aula lotadas, manutenção da terceirização dos profissionais de apoio,

municipal em 2021, contra a tentativa da prefeitura em retomar as aulas presenciais sem vacina – durante o governo Fabiano Horta –, paralisação e protesto das merendeiras em 2021/2022, protestos em defesa da qualidade da educação em 2022, manifestação em defesa dos concursados em 2025 etc. Essas insatisfações se expressam na consolidação de um setor sindical combativo no campo da educação municipal, que entende o sindicalismo como uma ferramenta de luta no mundo do trabalho, uma forma de resistência histórica das classes oprimidas, que compreende que quaisquer políticas que prejudiquem os direitos dos trabalhadores devem ser enfrentadas firmemente, independentemente do governo de turno.

Durante os últimos anos, essa linha sindical vem enfrentando em Maricá um enorme aparato político, associado a um modelo que entende o Sindicato dos Profissionais em Educação do Município de Maricá (Sineduc) como um anexo de um governo, um canal de diálogo que não só não deve intervir nos conflitos sociais colocados, como também se limitar a “minimizar danos”, desarmar a categoria nas suas mobilizações e entabular um diálogo subordinado com o poder público, aceitando sempre sua palavra final. É um sindicalismo que entende as conquistas como fruto de “benesses” dadas pelos governos petistas de Maricá e não como fruto da pressão e insatisfação permanente da categoria diante suas condições sindicais.

Na “cidade das utopias”, onde as contradições sociais são mascaradas por um ufanismo regional, a existência de um sindicalismo de luta demonstra que uma das armas de qualquer categoria é sua permanente organização, permitindo que tenha força social para intervir nesses conflitos e fazer a defesa dos seus direitos e dos filhos da classe trabalhadora que usufruem desta educação pública.



Manifestação unificada de trabalhadores da saúde, educação e ciência e tecnologia marcha em direção à prefeitura de Maricá. 19/02/25.

educação de Maricá passa a ser não apenas um projeto, mas uma forma de projeção política. A educação municipal na cidade passou por uma franca expansão, advinda do crescimento populacional da cidade (54,8% entre 2010 e 2022), do número de matrículas e do aumento da

rede municipal (quase 75 unidades escolares). A cidade com a maior arrecadação de royalties do petróleo do país (R\$ 7 bilhões em 2025) separou R\$ 1,4 bilhão ao orçamento da educação este ano mas segue com grande contingente de terceirizados (mediadores escolares, cozinheiras, inspetores etc.), em geral, recebendo salários muito mais baixos que de servidores públicos, trabalhando sob condições mais precárias, mais vulneráveis às pressões políticas, à burla de direitos, à hiperexploração de empresas terceirizadas e às estru-

ta falta de infraestrutura adequada, como nas escolas “contêiner”. Também foi se consolidando um modelo pedagógico burocrático, autoritário e tecnicista – por vezes ocultado sob um discurso oficial progressista e até mesmo *decolonial* – que poderia ser aplicado por qualquer gover-

no de direita, com a implantação de plataformas digitais, normativas e violências institucionais diversas que se assemelham muito às políticas neoliberais de outros municípios.

Essa enxurrada de contradições, associadas à transformação estrutural da categoria via concursos públicos (2018 e 2020) e sua expansão acelerada fizeram com que insatisfações latentes pudessem se expressar com maior nitidez nos últimos anos: greve pela vida, realizada pela educação

MOBILIZAÇÕES SE INTENSIFICARAM NOS ÚLTIMOS ANOS

O perigo da Pejotização: subemprego, informalidade e precarização

Por trás da pequena melhora imediata para os trabalhadores, se esconde uma precarização velada no médio e longo prazo

O governo Lula-Alckmin comemora a alta da popularidade com a redução do Imposto de Renda para os mais pobres, a condenação dos golpistas e os menores índices de desemprego. Isso tudo, porém, significa uma mudança pequena para a classe trabalhadora brasileira quando olhamos o quadro geral.

Os trabalhadores informais – sem vínculo empregatício, ou seja, sem as garantias de direitos trabalhistas como férias, indenização por acidente, 13º salário, afastamento médico, etc. – quase se equiparam aos vínculos formais: são 38,7 milhões, frente a 39,2 milhões de pessoas com carteira assinada, segundo o IBGE. A variedade dessa modalidade de emprego vai desde os trabalhadores de aplicativo (Ifood, Shopee, Uber, etc), passando pelas contratações temporárias sem acesso a benefícios, autônomos, freelancers, entre outros.

É com base nesse índice que o governo divulga a baixa recorde no desemprego, de 5,6%. Se por um lado aumenta a oportunidade de emprego, esses trabalhos oferecidos são cada vez mais precários e o trabalhador que acumula boletos não tem alternativa: é empurrado para aceitar as condições que não garantem nada além do imediato. Se isso representa uma melhora na economia, com certeza é para o patrão, que hiperexplo-

ra a força de trabalho sem nenhuma contrapartida em termos de garantias trabalhistas.

Julgamento no STF

É justamente no judiciário – que ocupou as grandes manchetes de jornais pela condenação de lideranças golpistas e que recebeu inúmeras homenagens de setores governistas – que existe a chance das relações de trabalho no Brasil se tornarem universalmente precárias. O julgamento no STF, que tem Gilmar Mendes como relator, pode considerar legais as relações de trabalho sem vínculo empregatício direto, julgamento que vai ser considerado por todo o plenário do Supremo. Caso passe no STF, qualquer empresa poderia fazer contratações sem os direitos da CLT.

Importante lembrar que, em maio deste ano, o ministro Cristiano Zanin (ex-advogado nomeado por Lula) cassou decisão da 5ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto (SP) que havia reconhecido vínculo empregatício entre uma advogada e a empresa contratante. O ministro alegou “desrespeito” da Justiça do Trabalho, fazendo coro com os ataques impostos pela Reforma Trabalhista de 2017.

A pressão das empresas de aplicativo para destruir os direitos trabalhistas é acompanhada pela burocracia de Estado, já que os seus atuais gestores se aproveitam dessa



Breque dos Apps conseguiu arrancar melhorias das empresas de aplicativos. Foto: Pedro Stropasolas/Brasil de Fato

modalidade empregatícia para divulgar uma suposta melhora nas condições dos trabalhadores, e assim conseguir apoio popular nas eleições.

Vivemos num contexto relativamente parecido aos dos nossos antepassados de mais de 100 anos atrás: altos níveis de exploração do trabalho sem nenhuma garantia trabalhista. Contexto que exige de nós uma resposta à altura da greve geral de 1917 que conquistou, pela primeira vez no Brasil, o direito à jornada de 8 horas de trabalho e o fim do trabalho infantil, por exemplo.

O Breque Nacional dos Apps, entre março e abril desse ano, apontou

uma alternativa nesse sentido, arrancando o aumento da taxa de entrega de R\$ 2,50 para R\$ 7,50 para motocicletas e R\$ 7 para bicicletas.

Nos dois casos, um histórico e o outro atual, a lição é a mesma: é apenas com organização e lutas de ação de direta é possível retomar o protagonismo da luta política. Para garantir conquistas, melhorias nos salários, nas condições de vida e, principalmente, para enterrar definitivamente projetos de destruição dos nossos direitos, essas são as referências que devemos ter em mente, sem confiança nas instituições que falam em nome do povo mas favorecem os poderosos.

No dia 3 de outubro, foi a votação na câmara municipal de Belo Horizonte o projeto de lei que garantiria a gratuidade do transporte coletivo da cidade. A proposta era usar o valor que as empresas já destinam para seus funcionários com o vale-transporte para custear a Tarifa Zero na cidade. A demanda é antiga da população, que há anos se mobiliza contra o modelo excludente do transporte.

Estudos da UFMG demonstraram que a substituição do vale-transporte por uma taxa mensal de aproximadamente R\$ 185 por trabalhador teria um impacto líquido de apenas 0,91% da folha salarial. Cidades que implantaram a medida tiveram crescimento no emprego formal e redução nas emissões de gases de efeito estufa. Além disso, a Tarifa Zero poderia amenizar o impacto da inflação nas famílias de baixa renda, já que a passagem representa um dos maiores

A luta pela Tarifa Zero em BH



Frente de luta é necessária para conquistar a gratuidade no transporte. Foto: Tarifa Zero BH

custos mensais.

O projeto de lei não propôs a municipalização do sistema de ônibus. Com isso, as empresas atuais continuariam com o controle, o que fazia do projeto um ponto pacífico para vereadores que não quisessem comprar briga com as empresas. Dos 26 votos necessários para a aprovação da Tarifa Zero, 22 vereadores chegaram a se

declarar a favor do projeto. Porém,, o prefeito da cidade, Álvaro Damião, do União Brasil, começou a articular contra o projeto, retirando cargos e verbas de quem votasse a favor dele. Mesmo em uma câmara lotada e mobilização combativa da juventude, apenas dez vereadores mantiveram o voto favorável à Tarifa Zero, e a proposta não foi aprovada.

É importante destacar que a prefeitura de Belo Horizonte destinou no orçamento deste ano R\$ 744,7 milhões para o pagamento do subsídio às empresas de ônibus. Para manter a tarifa no valor de R\$ 5,75, uma das mais caras do país. Não é difícil notar que o atual modelo está colapsado, com o dinheiro do povo pagando subsídios para empresas e o valor da tarifa comendo os rendimentos das famílias mais pobres que dependem dos ônibus.

Apesar da imensa frustração da votação, é possível observar um acúmulo na luta que pode avançar em 2026. Será necessário formar uma frente de luta pela Tarifa Zero com uma ampla participação dos movimentos sindicais, estudantis e comunitários. Vencer as empresas de ônibus e o prefeito Álvaro Damião só será possível com um povo forte, organizado e mobilizado na luta.

‘Narcoterrorismo’: a mais nova falácia do imperialismo dos EUA para a América Latina

O governo Trump 2 tem uma ofensiva imperialista contemporânea, denominada “Operação Lança do Sul”. Seus dois baluartes são lobistas e ideólogos do neocolonialismo. São eles: o secretário de Estado Marco Rubio (um *gusano* autêntico, oriundo da extrema-direita cubana da Flórida) e o de Guerra, Pete Hegseth (este, um bufão, oficial da Guarda Nacional, herdeiro e ex-apresentador da Fox News). A alegação de Washington é – supostamente – combater o chamado “narco-terrorismo”.

Essa aberração conceitual não é uma novidade, estando presente desde o lançamento da chamada “cruzada conservadora contra as drogas”, no segundo governo Nixon (em 1973, antes de sofrer impeachment por espionagem interna e compra de votos). O fruto da campanha foi

a criação da Administração Federal Antidrogas (DEA, que administra boa parte da cadeia de valor do narcotráfico em escala global). Curiosamente, em diversos momentos, a economia política da produção de entorpecentes era utilizada – ainda é – como forma de financiamento das operações da Agência Central de Inteligência (CIA), a exemplo do treinamento dos mercenários “contras” da Nicarágua e mais recentemente, no tráfico de ópio durante os 20 anos de presença dos EUA no Afeganistão no século XXI.

Em 2025 o alvo principal é a Venezuela, alegando querer derrubar o governo de Nicolás Maduro e seu pacto com o alto comando das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB). De forma secundária, o Comando Sul dos EUA mira na Colômbia, apontando contra o



EUA têm bombardeado embarcações pesqueiras venezuelanas

presidente Gustavo Petro, social-democrata com discurso internacional radicalizado.

O “interessante” desta hipocrisia é o fato de os maiores aliados dos Estados Unidos na América Latina serem oligarcas e empresários diretamente vinculados ao narcotráfico. O aliado estratégico mais importante é o ex-presidente colombiano Álvaro Uribe Vélez (no cargo de 2002-2010). Ele é um dos fundadores do Cartel de Medellín, e seu pai e irmão (Alberto e Santiago) fundaram a maior organização paramilitar do país, as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), também dedicadas ao narcotráfico e depois anistiadas pelo próprio governo Uribe.

Na atualidade, o empresário exportador com mais evidências de envolvimento com a exportação de cocaína é o presidente do Equador,

Daniel Noboa. Sua empresa, a Noboa Trading, opera o tráfico incluindo frota de navios mercantes através de terminais privados em Guayaquil e na costa de Esmeralda, com lanchas rápidas. Outro presidente diretamente vinculado é o paraguaio Santiago Peña. Ex-presidente do Banco BASA (antigo Banco Amambay), a instituição financeira criada por Horacio Cartes (ex-presidente do país e chefe político do atual mandatário), está sancionado pelo Departamento do Tesouro dos EUA e é acusado de lavagem de dinheiro para o narcotráfico.

Ao acusar os mandatários venezuelanos de pertencerem a um cartel inexistente (de los Soles) e bombardear embarcações pesqueiras na costa do Pacífico e do Caribe, Washington prepara uma campanha de intervenção imperialista.



Ato aconteceu em frente ao escritório comercial da Turquia em São Paulo

Movimentos sociais, organizações políticas e aliados da causa curda realizaram, no dia 10 de outubro, um ato em frente ao escritório comercial da Turquia em São Paulo. A manifestação denunciou a prisão de Abdullah Öcalan, sequestrado em Nairóbi, Quênia, em 1999 pela Agência Nacional de Inteligência da Turquia (MIT), com apoio da CIA e de serviços secretos israelenses, e levado à Turquia. Desde então, Öcalan permanece encarcerado em confinamento solitário na ilha-prisão de Imrali, próxima a Istambul. Junto a ele, centenas de ativistas, intelectuais e militantes seguem presos por defenderem a li-

bertação do povo curdo.

Em 1978, diante do acirramento dos conflitos entre direita e esquerda que culminariam no golpe de Estado de 1980 na Turquia, Öcalan fundou o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Em 1984, o PKK iniciou uma resistência armada contra o Estado turco, buscando garantir autodeterminação ao povo curdo — movimento que resultou na inclusão do partido em listas de organizações consideradas terroristas por Estados Unidos, União Europeia, Austrália, Síria e, evidentemente, pela própria Turquia.

O ano de 2012 representou um marco para a luta de libertação

Manifestantes protestam por liberdade a Öcalan e aos presos políticos do Curdistão

curda, com a proclamação da Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria. Posteriormente, foi anunciada a criação da Federação do Norte da Síria – Rojava, baseada em um modelo político inspirado em ideias libertárias: internacionalismo, ecologia social, feminismo, democracia direta e federalismo. A experiência tornou-se referência mundial como exemplo de resistência anticolonial e protagonismo das mulheres.

Desde o colapso do regime de Bashar al-Assad, a Turquia tem intensificado suas incursões militares no território sírio. Em diferentes operações nos últimos anos, Ancara

realizou ataques aéreos e terrestres contra posições curdas em Rojava e em localidades próximas à fronteira sírio-turca, incluindo a cidade de Kobane, símbolo da resistência curda e cenário da vitória decisiva contra o ISIS.

Em meio a uma região marcada por guerras, autoritarismos e disputas que revelam a lógica do sistema capitalista-estatista, Rojava e o processo de libertação curdo resistem. Por isso, o apoio internacionalista à causa curda é urgente, assim como a solidariedade a todos os povos oprimidos pela dominação imperialista, que sufoca a autonomia e a auto-organização da classe trabalhadora.

Flotilhas da Liberdade: ação direta que desafia o cerco sionista e a cumplicidade imperialista

Em 2025 o mundo viu a maior flotilha da história, reunindo pessoas de diversos países, movidas pela solidariedade com o povo palestino

Desde 2008, quando os pequenos barcos Liberdade e Gaza Livre romperam pela primeira vez o bloqueio colonial imposto por Israel, as flotilhas (pequena frota de embarcações) de solidariedade se tornaram uma das expressões mais persistentes e radicais da resistência internacionalista ao massacre do povo palestino. Surgidas do Movimento Gaza Livre, articulado por voluntários do Movimento de Solidariedade Internacional (*International Solidarity Movement - ISM*), essas expedições marítimas transformaram o Mediterrâneo num corredor de luta, onde ativistas de dezenas de países enfrentam tempestades, sabotagens e a violência sistemática do aparato militar israelense para levar ajuda humanitária e, sobretudo, denunciar o cerco criminoso imposto desde 2007.

Ao longo de 17 anos, a *Freedom Flotilla Coalition* (FFC) manteve viva essa tática: mais de 20 embarcações, centenas de ativistas e sucessivas tentativas de furar o bloqueio, enfrentando a repressão que Israel executa com a certeza da impunidade garantida pelo imperialismo e pelas instituições internacionais. O episódio mais brutal desse movimento permanece sendo o ataque ao Mavi Marmara, em 2010, quando comandos israelenses assassinaram dez ativistas em águas internacionais, provando ao mundo a natureza abertamente criminosa do Estado sionista. E a violência não cessou por aí: interceptações armadas, choques elétricos, uso de *tasers*, detenções arbitrárias, deportações e ataques com drones fazem parte do repertório de guerra sionista contra civis desarmados.

Neste ano de 2025, a ofensiva israelense não deu trégua. Em maio, o navio *The Conscience* foi atingido por drones ao largo de Malta, incendiado e perfurado, a ponto de gerar uma resposta do governo maltês, que enviou um barco de resgate. Em junho, o *Madleen* foi atacado com spray químico e sequestrado pela marinha israelense, levando à prisão e deportação de ativistas como Greta Thunberg, Rima Hassan e o brasileiro Thiago Ávila. Em julho, o *Handala* sofreu o mesmo destino, interceptado antes de alcançar Gaza.



Embarcações com ajuda humanitária ajudaram a denunciar os crimes de Israel. Foto: Burak Akbulut/ Agência Anadolu

É justamente nesse contexto de intensificação da repressão que emergiu a maior missão já organizada: a *Global Sumud Flotilla*. “Sumud”, palavra árabe que significa perseverança inabalável, expressa o espírito da iniciativa. Mais de 50 embarcações e participantes de 44 países compuseram a flotilha.

A *Sumud Flotilla* partiu no final de agosto, reunindo barcos vindos da Itália, Grécia e Tunísia, avançando em etapas para contornar obstáculos logísticos e militares. Ao chegar à Tunísia, tornou-se alvo de ataques de drones que danificaram embarcações e atrasaram a partida rumo a Malta, onde o grande agrupamento final estava previsto antes da rota direta à Faixa de Gaza. Israel sempre deixou claro que trataria os ativistas como “terroristas” — a mesma retórica usada para justificar assassinatos e desaparecimentos. Ao mesmo tempo que comandos navais mantinham exercícios militares, preparando uma nova repressão.

Ainda assim, a flotilha seguiu. E seguiu porque a força desse movimento está no que nenhum exército pode destruir: a solidariedade internacionalista que emerge das classes oprimidas, da auto-organização, da recusa global a aceitar que um povo inteiro seja privado de território, alimento, água, luz e dignidade. A *Sumud Flotilla* não

transportou apenas suprimentos — ela transportou uma mensagem política clara: o cerco é ilegítimo, o colonialismo é ilegítimo, a ocupação é ilegítima. E romper esse cerco é um dever ético e histórico.

Dentro de uma perspectiva socialista libertária, as flotilhas são exemplos vivos de ação direta internacional contra a lógica colonialista que sustenta genocídios, muros e bloqueios. São uma convocação global para que a solidariedade não fique apenas no discurso, mas em ação concreta a

partir da construção coletiva. Solidariedade que tem se expressado em terra firme, como na greve dos portuários italianos que se

recusam a carregar armas destinadas a Israel, nos protestos massivos que tomam as ruas da Espanha e de outros países europeus, mostrando que a luta contra o cerco não se limita ao mar. Enquanto Israel tenta afundar barcos, milhares pelo mundo se levantam — e cada nova embarcação que corta o Mediterrâneo reafirma que a resistência palestina não está só.

A *Global Sumud Flotilla* mostra que, mesmo sob drones, tiros e ameaças, o mar continua aberto para quem carrega consigo a determinação de derrubar cercos e lutar contra as dominações.

Histórico das Flotilhas de Solidariedade rumo a Gaza (2008–2025)

2008 – Primeira Flotilha rompe o cerco

Os barcos *Liberdade* e *Gaza Livre* chegam a Gaza após 30 horas de navegação, marcando a primeira quebra efetiva do bloqueio.

2010 – Ataque ao Mavi Marmara

Comandos israelenses assassinam dez ativistas em águas internacionais. O navio levava 466 pessoas e ajuda humanitária.

2011 – Freedom Flotilla II – Stay Human

Composta por 10 navios e 300 ativistas. Sabotagens, proibições da Grécia e interceptações impedem a chegada a Gaza. Apenas o *Dignité Al Karama* avança mais longe antes de ser capturado.

2015 – Freedom Flotilla III (Navio Marianne)

O navio sueco *Marianne* é atacado com tasers e sequestrado em águas internacionais. Os ativistas são detidos e deportados.

2016 – Women’s Boat to Gaza

Flotilha composta apenas por mulheres, a bordo do *Zaytouna-Oliveira*. Interceptada a 14 milhas de Gaza e deportada.

2018 – Flotilha pelo Futuro Justo para a Palestina

Navios *Al Awda* e *Freedom* são capturados. Ativistas relatam choques elétricos e espancamentos.

Maio de 2025 – Ataque de drones ao The Conscience

Navio atacado por drones perto de Malta. Estruturas incendiadas e casco perfurado. Tripulação resgatada.

Junho de 2025 – A missão do Madleen

Navio interceptado com uso de spray químico. Ativistas como Greta Thunberg, Rima Hassan e Thiago Ávila são detidos e deportados.

Julho de 2025 – A missão do Handala

Interceptado antes de alcançar Gaza. Tripulação detida.

Agosto de 2025 – Global Sumud Flotilla

Maior flotilha da história: mais de 50 embarcações e participantes de 44 países. Atacada por drones na Tunísia, e interceptada em sua etapa final até Gaza.

ROMPER O CERCO DE ISRAEL É DEVER ÉTICO E HISTÓRICO

Bar-restaurant Lixo da História (ou Dustbin of History)

O Bar-Restaurante Lixo da História, aquele estabelecimento abjeto e fétido localizado não no além, mas no aquém, recebeu nos últimos meses dois clientes *yankees* dos mais ordinários, que lá foram recebidos por, nada menos e nada menos ainda, do que os inefáveis Richard Nixon, Ronald Reagan e o Capitão Custer, clientes da casa há muitos anos. Estamos falando de Dick Cheney e Charlie Kirk, dois expoentes da mais escrota tradição reacionária estadunidense, expoentes do “supremacismo branco” e do “Destino Manifesto”.

Richard “Dick” Cheney partiu dessa para pior no último dia 3 de novembro aos 84 anos. Representante típico do *establishment* político *yankee*, foi secretário de defesa do governo George W. Bush entre 1989 e 1993, sendo um dos prin-

cipais idealizadores das operações militares imperialistas “Justa Causa” (Panamá, 1989) e “Tempestade no Deserto” (Iraque, 1990-91). Em 2001, já vice-presidente de George W. Bush, foi o principal arquiteto da famigerada “Guerra ao Terror”, que redundou na invasão do Iraque sob a desculpa que aquele país produzia “armas de destruição em massa”, o que foi categoricamente desmentido posteriormente. A invasão ao Iraque e ao Afeganistão custaram a vida de milhares de pessoas e lucros exorbitantes para a indústria armamentista estadunidense. Foi defensor exaltado do uso da detenção sem julgamento de suspeitos de terrorismo e dos interrogatórios sob tortura de milhares de prisioneiros das bases de Guantanamo, do Iraque e do Afeganistão.

No dia 10 de setembro passado, adentrou repentinamente no salão do Lixo da História, sem tempo hábil para uma recepção festiva, o jovem fascistão Charles James Kirk. Charlie, grande defensor das armas de fogo, havia levado um irônico tiramão de fuzil no pescoço dado por Tyler Robinson, um jovem branco aficionado por armas de fogo. Kirk ao longo dos seus 31 anos teve uma trajetória que transitou pela supremacia branca, o racismo, o negacionismo, o conspiracionismo, as *fake news*, o preconceito a comunidade LGBTQs e aos imigrantes, a islamofobia e o antissemitismo, ou seja, todo o receituário padrão da escória da extrema direita mundial. Kirk condenou a Lei dos Direitos Civis de 1964 e a considerou uma “arma anti-branca” e disse, em 2023, que mulheres negras proeminentes não tinham “o poder de processamento cerebral para serem levadas a sério”. Negacionista climático, como não poderia deixar

de ser, Kirk alertou que o “ativismo climático” iria corroer a soberania americana e a propriedade privada, considerando-o um “cavalo de Tróia para o marxismo” e comparando-o ao “pseudo-paganismo”. Charlie era um “nacionalista cristão” e, obviamente, criacionista, tendo afirmado que a evolução das espécies era falsa e que Charles Darwin havia sido desmascarado. Durante a pandemia, atuou intensamente na disseminação de *fake news*, de teorias conspiratórias sobre a COVID-19 e disse que a cloroquina era 100% eficaz contra o vírus. Duvidou da eficácia das vacinas e chamou os requisitos obrigatórios para os alunos tomarem a vacina contra a COVID-19 de “apartheid médico”.

O Lixo da História se regozija pela chegada desses dois novos clientes, indubitavelmente merecedores de se sentarem às suas mesas e degustarem dos *drinks* e acepipes oferecidos pela administração. Sejam bem-vindos Dick e Charlie!

Novos livros da OSL e Faísca



A Organização Socialista Libertária e a Faísca Publicações Libertárias lançaram neste segundo semestre outros quatro novos livros das coleções Nossas Referências e Cadernos da OSL.

“Manifesto, princípios e estratégia geral”, dos Cadernos da OSL, traz os primeiros documentos públicos de apresentação da Organização Socialista Libertária, fundada em julho de 2023.

Da mesma coleção, “Estamos contribuindo para construir uma alter-

nativa socialista e libertária para o Brasil”, trata-se uma extensa entrevista concedida pela OSL à Embat - Organização Libertária da Catalunha, em que a organização brasileira discorre sobre sua concepção de anarquismo, as lutas populares no Brasil e a relação da organização com os movimentos.

“Sistema, força, poder e dominação: contribuições de teoria social”, da coleção Nossas Referências, traz o texto “A Anarquia”, de Errico Malatesta, escrito em 1891,

e serve como uma introdução ao anarquismo e ao pensamento do revolucionário italiano.

Já o livro “A Plataforma Organizacional e a crítica à Síntese” reúne textos da Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas, publicados na revista Dielo Truda, pelo Grupo de Anarquistas Russos no Estrangeiro. Os textos completam 100 anos em 2026, e são um marco na discussão da organização anarquista.

Os livros podem ser adquiridos no site da Faísca: editorafaisca.net. Nossas Referências é o nome da coleção de textos selecionados pela Secretaria de Formação Política da Organização Socialista Libertária (OSL). Com contribuições de anarquistas e organizações anarquistas de diferentes épocas, essa coleção serve para orientar a discussão teórica da militância da

OSL, e também de outras pessoas que tenham interesse nos temas abordados. Trata-se de um material de referência para a organização, cuja concordância com suas linhas gerais não implica necessariamente acordo absoluto. Esse material certamente não esgota todas as demandas teóricas organizacionais, mas constitui um bom ponto de partida para subsidiar os aprofundamentos necessários.

Os Cadernos da OSL reúnem textos produzidos pela organização a partir do seu acúmulo coletivo, tanto teórico quanto prático. Eles têm por objetivo socializar para militantes, apoiadores e interessados em geral, as contribuições, perspectivas e elementos teórico-estratégicos da organização, de maneira que possam auxiliar na prática política visando à transformação social.

Jornal *Libera*, dezembro de 2025. Tiragem: 2 mil exemplares. O *Libera* é o jornal oficial da **Organização Socialista Libertária (OSL)**, de responsabilidade da Secretaria de Comunicação da organização, autofinanciado por nossa militância e pela contribuição voluntária de apoiadores e simpatizantes.

Assinatura das próximas 4 edições, com frete incluso:

- 3 unidades por edição: R\$ 30
- 5 unidades por edição: R\$ 40
- 10 unidades por edição: R\$ 50

Envie email para secom_osl@riseup.net, com nome completo, endereço para envio (com CEP), telefone de contato e quantidade de jornais.

Assine o *Libera*, Apoie a imprensa libertária!

Faísca Publicações Libertárias



www.editorafaisca.net